

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA – TDR

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS E ELETRODOMÉSTICOS.

Governador Valadares/MG, 19 de setembro de 2023.



SUMÁRIO

1. A AGEVAP - ASSOCIAÇÃO PRÓ-GESTÃO DAS ÁGUAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL	3
2. OS COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA	6
3. OBJETO	8
4. JUSTIFICATIVA	8
5. DEFINIÇÕES	9
6. JUSTIFICATIVA DA MODALIDADE E CRITÉRIO DE SELEÇÃO	9
7. DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS	10
8. VALOR E VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO	12
9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	14
10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE	15
11. DA ENTREGA DOS MATERIAIS	16
12. FONTE DE RECURSOS	18
13. PAGAMENTO	18
14. CONDIÇÕES DE GARANTIA	19
15. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO	19
16. DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS	19



1. A AGEVAP - ASSOCIAÇÃO PRÓ-GESTÃO DAS ÁGUAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL

A Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP), criada em 20 de junho de 2002, tem personalidade jurídica de uma associação de direito privado, com fins não econômicos. Foi constituída, inicialmente, para o exercício das funções de Secretaria Executiva.

Atualmente, exerce as funções definidas no Art. 44 da Lei Federal nº 9.433/97, Art. 59, da Lei Estadual do Rio de Janeiro nº 3.239/99 e Art. 38 da Lei Estadual de Minas Gerais nº 13.199/99, que tratam, em suas respectivas esferas, das competências das chamadas Agências de Água ou Agências de Bacia.

A AGEVAP é formada por uma Assembleia Geral, um Conselho de Administração, um Conselho Fiscal e uma Diretoria Executiva. Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal são pessoas físicas eleitas pela Assembleia Geral. A Diretoria Executiva é composta por um Diretor Presidente, dois Diretores Executivos, três Assessores e um Controlador, como mostrado na Figura 1



Figura 01 – Organograma da AGEVAP



A sede da AGEVAP está localizada em Resende/RJ. A Agência possui 10 (dez) Unidades Descentralizadas (UDs) nos municípios de Volta Redonda, Petrópolis, Nova Friburgo, Campos dos Goytacazes, Seropédica, Rio de Janeiro, Angra dos Reis (no estado do Rio de Janeiro), Juiz de Fora, Guarani (no estado de Minas Gerais) e São José dos Campos (no estado de São Paulo). A Agência possui, ainda, uma Filial em Governador Valadares-MG.

Atualmente, a AGEVAP possui 08 (oito) Contratos de Gestão assinados com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), atendendo a 17 (dezessete) CBHs.

Na Tabela 1, a seguir, são apresentados os respectivos contratos de gestão, comitês atendidos, resoluções de delegação/equiparação e outras informações pertinentes.

Contrato de Gestão	Data de assinatura	Órgão Gestor	CBHs Atendidos	Resolução Conselhos	Prazo de Delegação
027/ANA/2020	04/12/2020	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	Comitê de Integração da Bacia Rio Paraíba do Sul - CEIVAP	Resolução nº 167/2015 – Conselho Nacional de Recursos Hídricos	30/06/2026
INEA 69/2022	29/12/2022	Instituto Estadual do Meio Ambiente - INEA	Médio Paraíba do Sul; Rio Dois Rios; Piabanha; Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana	Resolução nº 228/2020 Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro	31/12/2025
INEA 68/2022	29/12/2022	Instituto Estadual do Meio Ambiente - INEA	Guandu; Baía de Ilha Grande	Resolução nº 229/2020 Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro	31/12/2025
INEA 67/2022	28/12/2022	Instituto Estadual do Meio Ambiente - INEA	Baía de Guanabara	Resolução nº 261/2022 Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro	31/12/2024
IGAM PS1 001/2019	27/11/2019	Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM	Preto e Paraibuna	Deliberação nº 432/2019 – Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais	19/11/2024
IGAM PS2 002/2019	27/11/2019	Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM	Pomba e Muriaé	Deliberação nº 432/2019 – Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais	19/11/2024
034/ANA/2020	21/12/2020	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	CBH-Doce	Resolução nº 212/2020 – Conselho Nacional de Recursos Hídricos	31/12/2025



Contrato de Gestão	Data de assinatura	Órgão Gestor	CBHs Atendidos	Resolução Conselhos	Prazo de Delegação
IGAM DO1 A DO6 001/2020	15/12/2020	Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM	CBHs Piranga, Piracicaba, Santo Antônio, Suaçuí, Caratinga e Manhuaçu	Deliberação nº441/2020 – Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais	31/12/2025

Tabela 01 - Contratos de Gestão sob a responsabilidade da AGEVAP

A AGEDOCE (AGEVAP - Filial Governador Valadares/MG) está legalmente habilitada a exercer as funções de Agência de Água para CBH-Doce, em âmbito federal, e para seis comitês estaduais mineiros, sendo eles: Piranga, Piracicaba, Santo Antônio, Suaçuí, Caratinga e Manhuaçu.

A Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP), por meio da Resolução Conselho Nacional de Recursos Hídricos nº 212, de 28 de agosto de 2020, recebeu delegação de competência para o exercício das funções inerentes à Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

No dia 21 de dezembro de 2020 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 34/2020 e, no dia 30 de dezembro de 2020, seu respectivo Termo Aditivo, entre a AGEVAP e a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), com anuência do CBH-Doce, para o exercício das funções de Agência de Água na Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Em Minas Gerais, a equiparação da AGEVAP para o exercício das funções de agência de água para a porção mineira da Bacia Hidrográfica do Rio Doce foi aprovada por meio da Deliberação Conselho Estadual de Recursos Hídricos CERH-MG nº 441, de 04 de setembro de 2020.

No dia de 15 de dezembro de 2020 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 001/2020, e, no dia 22 de dezembro de 2020, seu respectivo Termo Aditivo, entre a AGEVAP e o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), com anuência dos CBH's Afluentes Mineiros do Rio Doce, para o exercício das funções de Agência de Água nas Bacias Hidrográficas dos Afluentes Mineiros do Rio Doce: Piranga, Piracicaba, Santo Antônio, Suaçuí, Caratinga e Manhuaçu.



Ainda não há contrato de gestão celebrado junto à Agência Estadual de Recursos Hídricos (AGERH), considerando que a cobrança não foi implementada na porção capixaba da bacia, razão pela qual a entidade, por ora, não atende aos CBHs do Espírito Santo.

2. OS COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA

Os Comitês de Bacia Hidrográfica (CBHs), entes do Sistema Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos, constituem o “Parlamento das Águas”, espaço em que representantes da comunidade de uma bacia hidrográfica discutem e deliberam a respeito da gestão dos recursos hídricos, compartilhando responsabilidades de gestão com o poder público.

Comitê é um termo que indica uma comissão, junta, delegação ou reunião de pessoas para debate a execução de ações de interesse comum. Bacia hidrográfica é um território delimitado por divisores de água cujos cursos d’água em geral convergem para uma única foz localizada no ponto mais baixo da região. Unindo os dois conceitos, tem-se o CBH, ou seja, o fórum em que um grupo de pessoas, com diferentes visões e atuações, se reúne para discutir sobre um interesse comum – o uso d’água na bacia.

É por meio de discussões e negociações democráticas que os CBHs avaliam os reais e diferentes interesses sobre os usos das águas das bacias hidrográficas. Possuem poder de decisão e cumprem papel fundamental na elaboração das políticas para gestão das águas nas bacias, sobretudo em regiões sujeitas a eventos críticos de escassez hídrica, inundações ou na qualidade da água, que possam colocar em risco os usos múltiplos da água, conforme assegurados em Lei.

Na Bacia Hidrográfica do Rio Doce, em âmbito federal, está instituído o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH-Doce). Criado por meio de Decreto Presidencial, em 25 de janeiro de 2002, atua como um Comitê de Integração, reunindo representantes dos CBHs afluentes mineiros e capixabas.



O CBH-Doce é formado por conselheiros de 03 (três) segmentos (poder público, usuários e sociedade civil) e possui papel estratégico para a gestão de recursos hídricos na região, viabilizando a articulação dos diversos atores visando à cooperação em prol da conservação e recuperação do Rio Doce.

Em Minas Gerais, a Bacia Hidrográfica do Rio Doce é dividida em 06 (seis) Circunscrições Hidrográficas (CH), com CBHs já estruturados, conforme abaixo:

- I. DO1 - Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Piranga;
- II. DO2 - Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba;
- III. DO3 - Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Santo Antônio;
- IV. DO4 - Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Suaçuí;
- V. DO5 - Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Caratinga; e
- VI. DO6 - Comitê de Bacia Hidrográfica Águas do Rio Manhuaçu.

No Estado do Espírito Santo, embora inexistam subdivisões administrativas da Bacia do Rio Doce, o PIRH-Doce, para fins de planejamento, dividiu a porção capixaba da Bacia do Rio Doce em 03 (três) Unidades de Análise (UA), sendo adotada a estrutura a seguir:

- I. UA 7 – CBHs Guandu; Santa Joana; e Santa Maria do Doce;
- II. UA 8 – CBH Pontões e Lagoas do Rio Doce;
- III. UA 9 – CBH Barra Seca e Foz do Rio Doce.

Na Figura 1, apresenta-se a atual divisão da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e suas CHs e UAs.



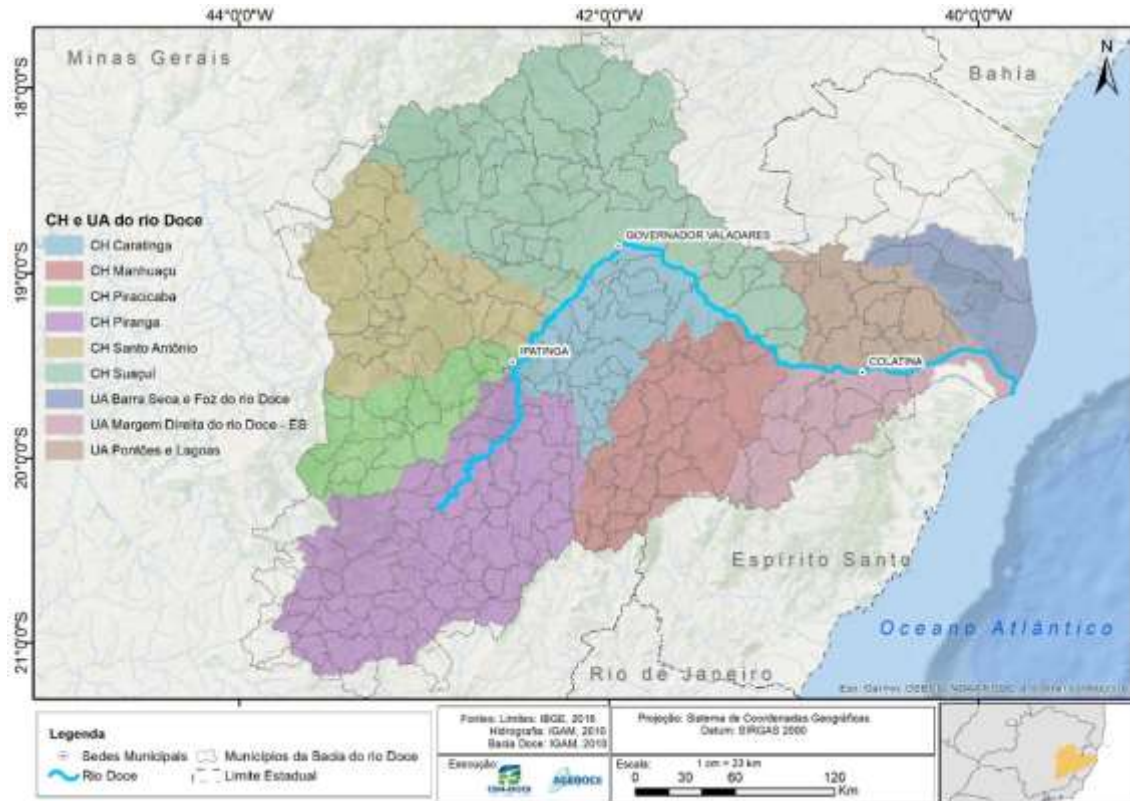


Figura 1 – Divisão da Bacia Hidrográfica do Rio Doce em Circunscrições Hidrográficas e Unidades de Análise

3. OBJETO

O presente Ato Convocatório tem como objeto a contratação de empresa para aquisição de mobiliários, eletrodomésticos e equipamentos de informática.

4. JUSTIFICATIVA

Os Comitês Afluentes da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e Afluentes necessitam da estrutura adequada para o desenvolvimento de seus trabalhos, principalmente no que tange à acomodação dos estagiários designados para atuarem em cada CBH.



Essa estrutura compreende não somente o espaço físico disponível e o recurso humano qualificado para a prestação dos serviços, mas também a existência de mobiliário que possibilite o desenvolvimento eficiente dos trabalhos.

Desse modo, tendo em vista que já há a disponibilidade de notebooks e periféricos para os CBH's, surge a necessidade de aquisição de mobiliários, quais sejam cadeiras e mesas de escritório e armário de aço. Tais materiais serão adquiridos para atender especificamente aos CBH's, uma vez que já prevista a sua contratação no POA 2023.

De outro lado, a AGEDOCE também possui a necessidade de aquisição de eletrodomésticos, uma geladeira doméstica e uma chaleira elétrica, para atenderem aos colaboradores, conselheiros e visitantes na sede da entidade, tanto para o cotidiano dos trabalhos na entidade, quanto para eventos que ocorram em sua sede.

5. DEFINIÇÕES

CONTRATADA: pessoa jurídica prestadora do serviço/produto a ser contratado.

CONTRATANTE: AGEDOCE (Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP – Filial Governador Valadares)

6. JUSTIFICATIVA DA MODALIDADE E CRITÉRIO DE SELEÇÃO

6.1 Os itens a serem contratados serão adquiridos na modalidade Pregão Presencial, por se caracterizarem como bens comuns, tendo em vista que possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no Edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme parágrafo único do art. 1º da Lei Federal nº 10.520/2002.

6.2 O critério de seleção será **MENOR PREÇO por LOTE**.

6.3 O certame contará com 03 (três) lotes, sendo eles:



Lote	Item	Descrição do Objeto
Lote 01 - Mobiliários	01	Cadeira de Escritório
	02	Mesa de Escritório
	03	Armário em Aço
Lote 02 – Eletrodomésticos	01	Refrigerador Doméstico
	02	Chaleira Elétrica

Tabela 02 – Lotes do Certame

7. DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS

7.1 Os mobiliários e equipamentos a serem adquiridos serão nas seguintes quantidades e especificações:

Lote	Item	Descrição do Objeto	Código SIAD (CATMAS)	Quantidade
01	01	Cadeira de escritório	000645664	06
	02	Mesa de Escritório	001523830	06
	03	Armário em Aço	001699474	06
02	01	Refrigerador Doméstico	001584316	01
	02	Chaleira Elétrica	001791915	01

Tabela 03 – Descrição e quantitativos dos produtos

7.1.1 Lote 01 - Mobiliários

7.1.1.1 Item 01 - Cadeira de escritório



Figura 2 – Exemplo de cadeira de escritório

- Cadeira para escritório - finalidade: poltrona para diretor;
- Tipo: giratória;
- Espaldar: médio;
- Apoia-braços: com apoio para braços;
- Assento/encosto: concha dupla, estofados, revestidos em vinil;
- Estrutura: aço, pintada em epóxi, com 05 pés;
- Acabamento dos pés: pés com rodízios;
- Contra-assento: em capa de polipropileno;
- Contra-encosto: em capa de polipropileno;
- Regulagem: regulagem de altura do assento a gás.



7.1.1.2 Item 02 – Mesa de escritório



Figura 3 – Exemplo de mesa de escritório

- Mesa para escritório - finalidade: funcionário;
- Estrutura: chapa de aço carbono;
- Tampo: MDP de 25 mm, revestido de material melamínico;
- Tampa: sem tampa;
- Gaveteiro/gaveta: gaveteiro com 03 gavetas;
- Dimensões: 120 (larg) x 70 (prof) x 75 (alt) cm;

7.1.1.3 Item 03 – Armário em Aço



Figura 4 – Exemplo de armário em aço

- Acabamento Superficial: Pintura Eletrostática Epóxi Pó, Fosfatizado.
- Cor: Cinza.
- Quantidade Portas: 2 Un.
- Quantidade Prateleiras: 4 Un.
- Altura: 1,98 M.
- Largura: 0,90 M.
- Profundidade: 0,40 M.
- Características Adicionais: Com Fechadura, Pés Fixos.
- Material: Chapa Aço 24.

7.1.2 Lote 2 - Eletrodomésticos

7.1.2.1 Item 01 – Refrigerador Doméstico



Figura 5 – Exemplo de refrigerador doméstico

- Tipo: geladeira doméstica;
- Capacidade total: mínima de 380 litros;
- Divisão: 2 portas (freezer e refrigerador);
- Potência Motor: mínimo de 1,5hp;
- Matéria-prima: chapa de aço;
- Suporte de apoio e pés: suporte fixo e pés niveladores com rodízios;
- Alimentação: 127/220V.



7.1.2.2 Item 02 – Chaleira Elétrica



Figura 6 – Exemplo de chaleira elétrica

- Matéria-prima: inox;
- Capacidade: mínima 1,7 litros;
- Cabo: material antitêrmico e isolante;
- Potência: não aplicável;
- Tensão: 127V;
- Dimensões: conforme fabricante;
- Acessórios: tampa, cabo elétrico.

7.2 As imagens são meramente ilustrativas, não vinculando a contratação à marca e/ou ao modelo específico, devendo os produtos atenderem aos requisitos da descrição.

7.3 As especificações acima são requisitos mínimos a serem atendidos, podendo os produtos terem características melhores, exigindo-se somente que a AGEDOCE seja certificada com antecedência.

7.4 Todos os mobiliários deverão ser entregues já montados ou realizada a montagem no local de entrega, sob responsabilidade da CONTRATADA.

7.4.1 Em todos os serviços deverá ser fornecida a mão de obra necessária para carregamento e descarregamento dos materiais nos locais solicitados.

7.4.2 Para a execução dos serviços, a CONTRATADA acondicionar adequadamente os mobiliários a fim de evitar danos.

7.4.3 Para a execução dos serviços acima descritos, a CONTRATADA poderá subcontratar outra pessoa jurídica, desde que previamente autorizado pela AGEDOCE.

8. VALOR E VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

8.1 A contratação terá validade estimada de 5 (cinco) meses, com vigência a partir da data de assinatura do contrato.



8.2 O valor máximo de cada Item e Lote são os seguintes:

Lote	Item	Descrição do Objeto	Quant.	Valor Unitário	Valor Total (máximo)
01	01	Cadeira de escritório	06	R\$ 544,87	R\$ 3.269,22
	02	Mesa de Escritório	06	R\$ 706,53	R\$ 4.239,18
	03	Armário em Aço	06	R\$ 1.223,82	R\$ 7.342,92
Valor Máximo Estimado Lote 01:					R\$ 14.851,32
02	01	Refrigerador Doméstico	01	R\$ 6.660,77	R\$ 6.660,77
	02	Chaleira elétrica	01	R\$ 114,42	R\$ 114,42
Valor Máximo Estimado Lote 02:					R\$ 6.775,19
Valor Máximo Estimado Total:					R\$ 21.626,51

Tabela 06 – Valor Máximo Estimado por Item

8.3 **Propostas com valor acima do preço estimado de cada Item serão desclassificadas.**

8.4 O valor foi definido com base no sistema Banco de Preços e em cotações de mercado.

8.5 A AGEDOCE poderá realizar a supressão do quantitativo do objeto contratado, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, situação que desde já fica devidamente autorizada pela CONTRATADA.

8.5.1 As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).



9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Executar os serviços conforme especificado neste Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- b) Prover os serviços de forma adequada em todos os níveis de trabalho;
- c) Iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;
- d) Comunicar ao gestor do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- e) Responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável;
- f) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens ou prestações objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do emprego ou fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- g) Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente à AGEDOCE ou a terceiros;
- h) Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à administração;
- i) Relatar ao gestor do contrato toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- j) Não permitir a utilização do trabalho do menor de idade;
- k) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



- l) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento do quantitativo de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto do Ato Convocatório, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no inciso § 1º do art. 57 da Lei Federal nº 8.666, de 1993;
- m) Manter atualizado e disponível, mensalmente, os comprovantes de pagamento de salários e impostos do funcionário designado para a prestação dos serviços;
- n) Zelar pelo sigilo dos dados, informações e quaisquer documentos que, porventura, venha a ter acesso;
- o) Não transferir, total ou parcialmente, a execução do objeto desta contratação, nem subcontratar, sem prévio consentimento da AGEDOCE;
- p) Assumir exclusiva e integralmente a responsabilidade pelos encargos decorrentes da mão de obra utilizada na execução dos serviços, em especial, os de natureza trabalhista, inclusive aqueles decorrentes de Convenção Coletiva de Trabalho, previdenciários, fiscais e tributários, não se estabelecendo qualquer vínculo do seu pessoal com a AGEDOCE;
- q) Adotar as providências necessárias no sentido de preservar a AGEDOCE e mantê-la a salvo de reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, no caso de ação trabalhista, cível ou indenizatória envolvendo os serviços prestados;
- r) Prestar esclarecimentos à AGEDOCE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, independente de solicitação.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste TDR;
- b) Fornecer à CONTRATADA, documentos, informações e demais elementos que possuir e pertinentes à execução o presente contrato;



- c) Nomear um gestor para exercer a fiscalização do contrato, designado pelo Diretor-Presidente;
- d) Receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no edital e no contrato.

11. DA ENTREGA DOS MATERIAIS

11.1 Após emissão da Ordem de Serviço, a AGEDOCE entrará em contato, em no máximo 5 (cinco) dias úteis, para agendamento da entrega, montagem e instalação dos mobiliários e eletrodomésticos.

11.2 Em cada sede de CBH serão entregues seguintes os materiais, conforme tabela abaixo:

CBH	Quantidade			Endereço de entrega, montagem e instalação
	Cadeira	Mesa	Armário	
DO1 - Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Piranga	1	1	1	Sindicato Rural de Ponte Nova/MG: Rua João Vidal de Carvalho, nº 295, Guarapiranga, Ponte Nova/MG, CEP 35.430-210
DO2 - Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba DO3 - Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Santo Antônio	2	2	2	Parque Municipal do Intelecto: Rua Gérson Guerra, nº 162 - Santo Antônio, Itabira - MG, 35900-110
DO4 - Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Suaçuí	1	1	1	AGEDOCE: Rua Prudente de Moraes, 1.023, Centro, Gov. Valadares/MG, CEP: 35020-460



CBH	Quantidade			Endereço de entrega, montagem e instalação
	Cadeira	Mesa	Armário	
DO5 - Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Caratinga	1	1	1	Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Urbanos de Caratinga: Praça Francisco Moreira de Carvalho, nº 666, Caratinga/MG, CEP 35.300.112
DO6 - Comitê de Bacia Hidrográfica Águas do Rio Manhuaçu	1	1	1	Rodoviária de Manhuaçu: Rua Capitão Luiz Quintino de Souza, Baixada, Manhuaçu/MG, CEP 36900-000

Tabela 04 – Endereços das sedes dos CBHs

11.3 Na sede da AGEDOCE será entregue uma unidade de cada produto, conforme tabela abaixo:

CBH	Quantidade		Endereço de entrega, montagem e instalação
	Refrigerador	Chaleira	
AGEDOCE	1	1	Rua Prudente de Moraes, 1.023, Centro, Gov. Valadares/MG, CEP: 35020-460

Tabela 05 – Valor Máximo Estimado por Item

11.4 A CONTRATADA deverá entregar os produtos em até 30 (trinta) dias corridos a partir da emissão da Ordem de Serviço, conforme as especificações do Item 7.1, salvo a ocorrência de casos fortuitos ou força maior, ou de suspensões temporárias durante sua execução, por parte exclusiva da AGEDOCE.

11.5 A AGEDOCE designará expressamente uma pessoa para supervisionar *in loco* a entrega dos mobiliários e equipamentos.

11.6 As entregas deverão ocorrer entre segunda e sexta-feira, das 08h às 18h.

11.6.1 Caso a entrega tenha de ser feita em dia ou horário fora do acima disposto, a CONTRATADA deverá comunicar o fato à AGEDOCE, que poderá excepcionalmente autorizar os serviços.



12. FONTE DE RECURSOS

12.1 Os recursos financeiros para pagamento do objeto desta contratação (e respectivas despesas decorrentes) serão provenientes dos recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Doce e Afluentes, repassados pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM, conforme Contrato de Gestão nº 001/2020, e seus respectivos aditivos, previstos no Plano de Aplicação Plurianual, aprovado pelos Comitês com atuação na Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

12.2 Os serviços serão custeados integralmente com recursos de natureza custeio, conforme apresentado a seguir:

Lotes	Contrato de Gestão	Rateio	Rubrica
01 e 02	Nº 001/IGAM/2020	17%	POA Piranga - 2.8 Material Permanente
		50%	POA Piracicaba - 2.8 Material Permanente
		17%	POA Santo Antônio - 2.8 Material Permanente
		5%	POA Suaçuí - 2.8 Material Permanente
		5%	POA Caratinga - 2.8 Material Permanente
		6%	POA Manhuaçu - 2.8 Material Permanente

Tabela 06 – Fontes de Recursos

12.3 Acerca dos recursos de natureza custeio, a distribuição por Contrato de Gestão – ANA e IGAM – foi estabelecida em conformidade com a Norma Interna nº 2402/2023/AGEVAP, que define os percentuais de rateio das despesas de custeio de pessoal, das atividades operacionais e assessorias - atividade meio, assim como dos órgãos colegiados da entidade comum a todos os Contratos de Gestão da AGEDOCE.

13. PAGAMENTO

13.1 Os pagamentos serão efetuados por meio de ordem bancária ou qualquer outro meio idôneo adotado pela AGEDOCE, após a efetiva prestação do serviço e no prazo



de até 15 (quinze) dias, contados do expresso atesto/aprovação da AGEDOCE, relativamente aos respectivos serviços prestados, mediante a apresentação de nota fiscal de serviços, observando-se a retenção dos tributos e contribuições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação vigente, quando for o caso.

14. CONDIÇÕES DE GARANTIA

14.1 Não será exigida garantia da proposta ou garantia contratual.

15. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

15.1 A fiscalização do contrato será exercida pelo Gestor do Contrato, designado pelo Diretor-Presidente da AGEDOCE.

15.2 A CONTRATADA deverá manter preposto, durante o período de vigência do Contrato, para representá-la sempre que for necessário.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

16.1 É expressamente proibida a veiculação de publicidade acerca do objeto do contrato, salvo se houver prévia autorização da AGEDOCE.

16.2 A contratação do objeto deste TDR não gera qualquer vínculo empregatício entre os empregados e prestadores de serviços da CONTRATADA e a AGEDOCE.

16.3 No caso de ação trabalhista envolvendo os serviços prestados, a CONTRATADA adotará as providências necessárias no sentido de preservar a AGEDOCE e mantê-la a salvo de reivindicações, demandas, queixas ou representações de qualquer natureza.



16.3 A ausência de comunicação por parte da AGEDOCE, referente a irregularidades ou falhas, não exime a CONTRATADA de suas responsabilidades.

16.4 A tolerância com qualquer atraso ou inadimplência por parte da CONTRATADA não importará, de forma alguma, em alteração contratual.

16.5 A CONTRATADA deverá prestar esclarecimentos à AGEDOCE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a comprometam ou que possam comprometer a execução do contrato, independente de solicitação.

(assinado eletronicamente)

MICHELLE APARECIDA FIGUEIREDO E SOUZA

Analista Administrativa

AGEDOCE

